

A experiência da misericórdia nos sacramentos de Iniciação à vida Cristã

The experience of mercy
in the initiation of sacraments
to christian life

*Luís Felipe Carneiro Marques**
*Marcos Vieira das Neves***

Resumo: A justiça do discípulo de Jesus deve superar a justiça dos escribas e fariseus, e sua autocompreensão deve estar em relação com a própria pessoa de Jesus, que possui sempre um olhar de misericórdia e que manifesta a vontade do Pai expressa na sua aliança. Toda a iniciação deve ter caráter pascal e o Mistério Pascal

* Franciscano conventual, presbítero, licenciado em Filosofia pelo Universidade Católica de Filosofia (2008), bacharel em Teologia pelo Instituto São Boaventura (2012), mestre em Teologia litúrgica dos sacramentos pelo Pontifício Ateneu de S. Anselmo (Roma - 2015), professor de teologia da liturgia e teologia dos sacramentos, reitor do Seminário S. Francisco de Assis em Brasília-DF. Tel. 61 99603-9192; e-mail: frluisfelipe@gmail.com

** Possui graduação em Administração - Habilitação em Finanças e Controladoria pelo Centro Universitário Anhanguera (2004), graduação em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2014) e graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2009). É sacerdote e atualmente aluno do Programa de Mestrado em Teologia na PUC-SP. Membro do grupo de pesquisa Teologia Litúrgica da PUC-SP. Tel. 19 98435-3535 e 19 98870-0110; e-mail: pemarkosneves@gmail.com

é o ponto máximo da revelação e atuação da misericórdia, capaz de restabelecer a justiça como realização do desígnio salvífico de Deus. O objetivo do sacramento da reconciliação é nos tornar dignos do amor de Deus e da sua presença anunciando e realizando novamente o reconciliar-se de Deus com o homem. É necessário encontrar meios para que, os sacramentos da iniciação cristã e o sacramento da penitência, sejam vividos como encontro relacional com o Pai amoroso, que perdoa sempre. Para uma decisão de participação na comunhão, o cristão deveria recordar sempre o seu batismo. A eucaristia não exige uma genérica dignidade ritual, mas sim a dignidade batismal, que não é de tipo ritual e sim existencial. Visto isso, investiga-se aqui a experiência da misericórdia nos sacramentos de iniciação à vida cristã, fazendo uso, para tal, de uma análise de documentos do magistério e autores que investigam o tema em questão. Constatando, enfim, que a salvação do cristão é caracterizada no encontro com o Deus de misericórdia na livre comunicação que Ele mesmo faz de si.

Palavras-chave: Misericórdia; Sacramento; Iniciação cristã; Ação simbólico-ritual.

Abstract: The righteousness of the disciple of Jesus must overcome the righteousness of the scribes and Pharisees, and their self understanding must be in relationship with the person of Jesus, who has always a look of mercy and manifests the will of God expressed in his covenant. The whole initiation must have paschal character and the Paschal Mystery is the maximum point of revelation and action of mercy, able to restore justice as the realization of the salvific plan of God. The purpose of the sacrament of reconciliation is to become worthy of God's love and his presence announcing and performing again reconciled to God with man. It is necessary to find ways for the sacraments of Christian initiation and the sacrament of penance, they are experienced as relational encounter with the loving Father who always forgives. For a decision to participate in communion, the Christian should always remember your baptism. The Eucharist does not require a generic ritual dignity, but the baptismal dignity, which is not ritual but existential type. Seen it, we investigate here

the experience of mercy in the sacraments of initiation into the Christian life, making use for such a document analysis of teaching and authors investigating the issue at hand. Noting, finally, that the Christian salvation is featured in the encounter with the mercy of God in free communication that He makes you.

Keywords: Mercy; Sacrament; Christian initiation; Symbolic-ritual action.

Introdução

O ano jubilar extraordinário da misericórdia suscitou na reflexão teológica e eclesial muitos questionamentos que se bem entendidos poderão nos ajudar a alargar nossa compreensão no campo litúrgico e, sobretudo, no campo sacramental. A Igreja vive vida autêntica, diaconia perfeita, quando professa e proclama a misericórdia, o mais admirável atributo do Criador e do Redentor, e quando aproxima os homens das fontes da misericórdia, das quais ela é depositária, servidora e dispensadora.¹

Misericórdia é uma palavra com densos e profundos significados.² Necessitamos anunciar que é preciso fazer a experiência com este sublime atributo do criador. Talvez um conflito no conceito de iniciação no mundo pós-moderno, inaugurou um modelo de iniciação de tipo escolar, da ordem do saber e não do fazer a experiência. Nessa perspectiva, recuperar o conceito de iniciação como forma e formação da experiência (em particular, neste ano, experiência do perdão, da reconciliação e da misericórdia) será o passo decisivo e

prioritário para uma compreensão mais estrutural e orgânica da vida sacramental.

Papa Francisco diz que “neste tempo de grandes mudanças epocais, a Igreja é chamada a oferecer mais vigorosamente os sinais da presença e proximidade de Deus”. Continuando ele afirma, “este não é o tempo para nos deixarmos distrair, mas o contrário: permanecermos vigilantes e despertarmos em nós a capacidade de fixar o essencial. É o tempo para a Igreja reencontrar o sentido da sua missão”.³

Enquanto atitude eclesial é preciso um diálogo acessível, generoso e sincero, jamais arrogante e pretencioso.⁴ Necessitamos ser sujeitos de misericórdia. Chegamos a um período de maior liberdade, onde devem existir menores obrigações legais, que reduzam tudo à disciplina formal. Promovendo o verdadeiro sentido de liberdade cristã, abolindo cada arbitrária intolerância e absolutismos, reviveremos o frescor da primeira geração cristã, quando esta se viu exonerada da observância da lei mosaica e de suas complicadas prescrições rituais, como já nos lembrava o Papa Paulo VI.

Somos chamados a promulgar, não só com palavras, mas com a vida, através da ação simbólico-ritual dos sacramentos e de tantas outras expressões do nosso povo, o tempo da misericórdia do Senhor. Sem misericórdia, nossa teologia, direito, pastoral, “celebração litúrgica e sacramental” correm o risco de cair numa mesquinhez burocrática ou em uma ideologia que, por sua própria natureza, quer domesticar o mistério e a experiência.

¹ Kasper, W., *Misericordia, concetto fondamentale del vangelo – Chiave della vita cristiana*. Brescia: Ed. Queriniana, 2013. P. 5.

² Fisichella, R., *Sulla teologia della misericordia*, in AA.VV. *Misericordia, volto di Dio e dell'umanità nuova*. Milano: 1999. P. 199.

³ Francisco, “*Homilia na celebração das Primeiras Vésperas do II Domingo de Páscoa ou Domingo da Divina Misericórdia*” (11.04.2015), [acessado em 14.04.2015], www.vatican.va.

⁴ Kasper, W., *Misericordia, concetto fondamentale del vangelo – Chiave della vita cristiana*. Brescia: Ed. Queriniana, 2013. Pp. 240-242.253.

A misericórdia não é só uma atitude pastoral, mas a própria substância do evangelho.⁵ Um discurso sobre a misericórdia somente como dimensão curativa e de acolhimento nunca será a melhor solução. Uma cultura eclesial baseada na misericórdia precisa recuperar a participação intersubjetiva nos sacramentos da iniciação cristã, sobretudo, nos dois maiores sacramentos: o batismo e a eucaristia. Em outras palavras, não podemos esquecer que a experiência do pecador perdoado não está somente no IV sacramento (da reconciliação),⁶ mas no I e no II (batismo e crisma), que se repetem de domingo a domingo, páscoa semanal, na eucaristia.⁷

Uma Igreja “em saída” não pode seguir as lógicas formais, mas deve afrontar com coragem o impacto duro entre a liberdade e a comunhão. E, para uma resposta mais eficaz na vida pastoral, precisa de uma verdadeira mudança de estilo, abordagem, linguagem e uma visão mais larga e aberta.⁸ Uma Igreja “em saída”, “nunca se fecha,

nunca se refugia nas próprias seguranças, nunca opta pela rigidez auto-defensiva [...] e assim não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada”.⁹

1. Ampliando a lógica teológica

Ao aprofundar nossa pesquisa notamos que, um primeiro passo para a compreensão alargada da misericórdia na experiência sacramental de iniciação cristã, deve ser dado a partir de uma amplitude maior da lógica teológica. Nossa lógica teológica e celebrativa não pode querer basear-se numa metodologia técnico-jurídica. A justiça do discípulo de Jesus, deste novo povo de Deus, deve superar a justiça dos escribas e fariseus (Mt 5,20), e sua autocompreensão deve estar em relação com a própria pessoa de Jesus, que possui sempre um olhar de misericórdia e que manifesta a vontade do Pai expressa na sua aliança.¹⁰

O ponto de partida é sempre o fato de que a Igreja tem a sua origem principal no Verbo encarnado e na sua entrega de amor na cruz. E o Mistério Pascal é o ponto máximo da revelação e atuação da misericórdia, capaz de justificar o homem, e de restabelecer a justiça como realização do desígnio salvífico de Deus. Toda a iniciação deve ter caráter pascal.¹¹ Referir-se de modo analógico a este evento é “fazer memória” sempre da dimensão da Igreja como sacramento de salvação para a vida do mundo.¹²

Se quisermos exprimir totalmente a verdade acerca da misericórdia, com a plenitude com que foi revelada na história da nossa salvação, devemos penetrar de maneira profunda nesse acontecimento final que, particularmente na linguagem conciliar, é definido

logia-e-le-domande-da-riformulare/).

⁹ Francisco, *Evangelli Gaudium* (EG), 45.

¹⁰ Ghirlanda, G. *Introduzione al diritto ecclesiale*. Roma: Gregorian & Biblical Institute, 1993. Pp. 16-21.

¹¹ Rito de Iniciação Cristã de Adultos. São Paulo: Paulus, 2001. P.8.

¹² Concílio Vaticano II. *Lumen Gentium*, 48.

⁵ Francisco, “*Carta del santo Padre Francisco al gran canceller de la Pontificia Universidad Católica Argentina en el centenario de la Facultad de Teología*” (03.03.2015), www.vatican.va.

⁶ Ao passar pela história deste sacramento observa-se um defeito bastante comum e sempre recorrente: certo desprezo à esfera do mistério verso uma atração constante à esfera jurídica. É uma rigidez que tem por objetivo salvaguardar as normas jurídicas. Passa-se de uma celebração comunitária a uma celebração individual, onde a exaltação ao pecado, a necessidade de práticas penitenciais e a ênfase na absolvição descaracterizaram a celebração de um encontro, de um encontro com a misericórdia. Ainda, uma teologia apologética e polêmica, sobre o influxo do moralismo e das prospectivas jurídicas, ostenta o aspecto individualista e da ampla importância ao pecado. Uma visão expiatória e legalista, favorável à autossuficiência moral da consciência egocêntrica e exaltação do culpado (sentimento de culpa) deformou, no sacramento da penitência a relação trinitária e eclesial (cf. Ramos-Regidor, J., *Il sacramento della penitenza. Riflessione biblico-teologico-pastorale alla luce del Vaticano II*. Torino-Leumann: Elle Di Ci, 1979). O principal problema histórico que encontramos é que, como a misericórdia, o sacramento da penitência (reconciliação), rico no seu desenvolvimento, entra também numa triangulação (“*circulus vitiosus*”) entre o pecado, o julgamento e a misericórdia. A dimensão histórica da Igreja e dos sacramentos: celebração e eficácia pastoral, dependem da situação atual e do empenho de todos (fiéis, teólogos e pastores) em uma pesquisa, sempre necessária, da chamada misericordiosa de Deus, que empurra a Igreja na sua missão de sacramento universal de salvação.

⁷ Grillo, A., *Grazia visibile, grazia vivibile. Teologia dei sacramenti “in genere ritus”*. Padova: Mensaggero di Padova, 2008. Pp. 209-211.

⁸ *Idem*. “*La zappa e l’orologio: la teologia e le domande da riformulare*” [acessado: 12.02.2015], <http://www.cittadellaeditrice.com/munera/la-zappa-e-lorologio-la-teo->

como “*mysterium paschale*”.¹³ Por meio dos sacramentos da iniciação cristã, os seres humanos, libertos do poder das trevas, unidos a Cristo na sua morte, com ele sepultados e ressuscitados, recebem o Espírito de filhos adotivos e celebram com todo o povo de Deus o memorial da morte e da ressurreição do Senhor.¹⁴

No seu constante discernimento, a Igreja pode reconhecer alguns costumes não diretamente ligados ao núcleo do Evangelho, mas radicados no curso da história, que hoje já não são interpretados da mesma maneira e cuja mensagem habitualmente não é percebida de modo adequado. Podem até ser belos, mas agora não prestam o mesmo serviço à transmissão do Evangelho. Necessitamos estar atentos para não tornar a nossa religião pesada à vida dos fiéis, transformando-a numa escravidão, quando a misericórdia de Deus a deseja livre. Esta advertência é um dos critérios a considerar quando se deseja uma reforma da Igreja e da sua pregação.¹⁵

A nossa relação com Deus em geral, e através do sacramento da reconciliação em particular, acontece entre duas lógicas: a da justiça (lógica de equivalência) e a da graça (lógica da misericórdia). Continuar ancorado na primeira significa fechar-se a qualquer progresso. É necessário abandoná-la. O que importa é colocar-se no caminho, é a passagem (páscoa) da primeira em direção à segunda, da lógica da justiça à lógica da graça.¹⁶

Nessa lógica da graça fixamos o olhar, não mais em nós mesmos, mas em Deus. O objetivo do sacramento da reconciliação não é recuperar uma “inocência perdida”, tornando-nos novamente “impecável”, de “fazer coisas” para tornar-nos dignos do amor de Deus e da sua presença. A motivação deve nascer do desejo de passarmos nos braços do Senhor como somos, o quanto “indignos” e mal

apresentáveis possamos estar. Nesta lógica, onde o perdão revela o pecado, tudo muda: o remorso se transforma em arrependimento e a confissão dos pecados em confissão de louvor.

A característica da culpa é a sua indeterminação: falsa relação de pessoas e da noção clara de princípios ou normas. De acordo com nosso estudo, a noção de culpa não faz referência a uma relação com Deus, princípio de misericórdia. Essa é a principal diferença com a noção de pecado: “o pecado não é simplesmente de noção moral, é de noção teológica. Só podemos reconhecê-lo, em definitivo, diante de Deus”.¹⁷

2. Lógica sacramental reduzida

Para ajudar na formulação do nosso problema, lançamos uma pergunta: “Por que o sacramento da penitência (da reconciliação), especialmente na forma que o conhecemos hodiernamente, possui o monopólio sobre o exercício sacramental da misericórdia em âmbito eclesial e pastoral?”.

Na procura imediata da resposta percebemos que a misericórdia, proposta como chave conciliar e exaltada no tempo hodierno, à causa da “auto-referencialidade” da Igreja, que a levou, a longo

¹⁷ Tudo exige uma renovação da moral cristã, pois essa ainda é considerada como: “moral de pecado” ou moral negativa, onde se procura atribuir os limites entre o que é e o que não é pecado, entre pecado mortal e venial, é uma moral do mínimo esforço necessária para não perder o paraíso; “moral do ato humano”, considerada subjetivamente, individualista, sem relação com a vida singular de cada pessoa na sociedade e na história; “moral da lei” que considera uma visão estática do mundo, corre-se sempre o risco de um legalismo, formalismo e juridicismo. Uma moral cristã deve ser capaz de fazer chegar ao homem de hoje e na sua cultura, os valores e exigências do evangelho a partir da “moral do amor”, que saiba administrar os limites, condicionamentos e fraquezas humanas e procure amadurecer o conceito de quem é Deus; “moral da pessoa”, que não julga a pessoa a partir de algo pontual (subjetivismo), onde é preciso integrar e desenvolver uma dimensão histórico-social e a corresponsabilidade em confronto com a sociedade; “moral criadora”, onde a lei e os valores morais são considerados dentro de uma visão dinâmico-histórica do mundo, onde é fortalecido o dever do homem em criar um novo futuro, respondendo ao apelo de Deus (Cf. B. Petrá, *Il peccato grave tra morale e diritto, Rivista Liturgica* 92 (2005/6) 891-898).

¹³ João Paulo II, Encíclica “*Dives in misericórdia*” (30.11.1980), pp. 857-956, in EV 7 (1981).

¹⁴ Rito de Iniciação Cristã de Adultos. São Paulo: Paulus, 2001. P.11.

¹⁵ EG 43.

¹⁶ Chauvet, L.-M., *L'umanità dei sacramenti. Magnano: Ed. Qiqajon*, 2010. Pp. 311-312.

prazo, a uma esterilidade evangélica, encontra-se sempre ancorada em uma triangulação, pois a compreendemos sempre a partir da justiça, do pecado e do sacramento da penitência. É possível que tenha sido uma resposta positiva para o sacramento da penitência no presente, causada pelo excesso histórico de juridicismo e moralismo, a “exaltação” da misericórdia, mas se não soubermos e formos capazes de uma reflexão teológica e prática pastoral a partir de um olhar sempre maior, em direção a uma abertura, fortaleceremos o círculo vicioso e devocional e a um encontro cheio de “psicologismos” terapêuticos. Quando ouvimos falar de misericórdia sempre salta na nossa mente que precisamos entender o conceito de justiça. Desse modo, observamos a misericórdia sempre a partir do pecado e, então, a centralizamos no sacramento da penitência. Tal reação propomos como um problema.

O teólogo da liturgia A. Grillo afirma que: “anunciar a misericórdia e o perdão não pode partir estruturalmente do sacramento da penitência, pois a ‘penitência’ é lugar de anúncio e de eficácia da misericórdia; o sacramento da reconciliação não é primário, mas um instrumento; o sacramento é sacramento de cura não do homem, mas cura do cristão batizado; o espaço da misericórdia é espaço da liberdade, onde se encontra uma correlação entre arrependimento-acusação, reconciliação-absolvição, penitência-satisfação”.¹⁸

Assim, necessitamos estar atentos às motivações específicas da existência de tal sacramento: o quarto sacramento anuncia e realiza novamente o reconciliar-se de Deus com o homem acontecido em Cristo. A graça de Deus encontra a liberdade do homem e liberta-o; este encontro não é jamais primário, mas sempre secundário, depende de outros encontros já acontecidos, onde esta reconciliação é já realizada: depende do batismo, crisma/confirmação e, sobretudo, da eucaristia. Esta última garante uma experiência rica e duradoura, simbolizada e ritualizada, da reconciliação de Deus e vivenciada pelo homem.¹⁹

¹⁸ Grillo, A., *Grazia visibile, grazia vivibile. Teologia dei sacramenti “in genere ritus”*. Padova: Mensaggero di Padova, 2008. Pp. 209-212.

¹⁹ *Ibidem*.

Contemplar a misericórdia significa vê-la impressa no rosto de Cristo, que é vivo e realmente presente no mistério da eucaristia.

Em outras palavras, a reconciliação (a misericórdia) poderá ser experimentada na sua plenitude em relação com o primeiro/segundo sacramento (batismo/crisma) e, sobretudo, com o terceiro sacramento, ou seja, a eucaristia.²⁰ O batismo é a Páscoa do crente. O batizado morre quando é imerso na morte com Cristo e ressuscita para uma vida nova. Quando somos inseridos no corpo de Cristo somos também inseridos no seu ato redentor. A Páscoa de Cristo qualifica o evento batismal (cf. Rm 6, 1-11). A celebração sacramental, então, não faz mais que tornar presente, na forma de rito simbólico eficaz, um processo que já é iniciado existencialmente da parte de Deus. De fato, é Deus quem perdoa e a partir deste, inicia-se gratuitamente um processo. Não é o arrependimento a ter o primeiro lugar ou a primeira palavra; este nasce só quando o fiel já iniciou um caminho mistagógico à luz da palavra de Deus e da iniciação cristã. Este, como manifestação do rosto misericordioso e benévolo de Deus, acontece dentro de um maior contexto de conversão e de celebração.

A questão litúrgica não é só questão textual ou questão de compreensão, mas essencialmente, questão de participação e celebração. Não são os ritos e as preces, mas “*per ritus et preces*” que cria o problema, que é o verdadeiro problema, da questão litúrgica. A ideia de reforma resolve problemas ligados aos ritos e às orações não adaptadas, mas não afronta a questão essencial do “*per*”, questão que permanece essencialmente ligada à perspectiva da iniciação simbólico-ritual que se vive, antes de tudo, na eucaristia.

²⁰ *Ibidem*.

3. O sacramento do batizado pecador não é o “sacramento da reconciliação”

É de fundamental importância que a síntese teológica e pastoral sempre se recorde que a reconciliação do penitente tem, ao centro, o batizado pecador e não o homem pecador, que se volta para um Deus cristão, não se tratando assim de um genérico sacramento do perdão, mas da conversão de um homem “já iniciado”. Não fazendo esta distinção, corre-se o risco de confundir e de não conseguir garantir a esta situação de batizado pecador um rito que seja conforme e conveniente à sua natureza.²¹

O ideal é colocar o sacramento da penitência em uma visão global do mistério de salvação, recolocando-o claramente na dimensão de reconciliação do homem (batizado-pecador) com Deus, em Cristo e na Igreja, ou seja, de experiência com a misericórdia. O parágrafo introdutivo do Ritual da Penitência de 1974 adota dois conceitos: “*historia salutis*” e “*mysterium reconciliations*” para significar a ideia fundamental da absoluta, livre e gratuita iniciativa de Deus, que salva a humanidade: “manifestou o Pai a sua misericórdia, reconciliando o mundo consigo em Cristo, pacificando pelo sangue da sua cruz, tanto as coisas da terra como as do céu”.²² É importante perceber que o Ritual de Penitência afirma que ao mistério da reconciliação fazem parte os sacramentos do batismo e da eucaristia e, além desses, o sacramento da penitência. Este último foi instituído para que os fiéis, tendo caído em pecados depois do batismo se reconciliem com Deus pela renovação da graça.

Depois de séculos de teologia dos sacramentos ligada, principalmente, ao esquema aristotélico de matéria-forma ou centralizada nas preocupações canônicas de validade ou liceidade, era necessária

uma renovação que projetasse uma compreensão do sacramento em chave histórico-salvífica.²³ Desse modo, o pecado do cristão batizado, que se reconhece acolhido e amado como “filho no único Filho” da ternura do Pai, não poderá jamais reduzir-se a uma simples inflação de uma lei abstrata ou à violação de um código; este será sempre pecado de um filho pródigo que reconhece a bondade e os dons do Pai, pecado de um filho que sai e afasta-se da família, da comunidade dos irmãos.

A ideia central e sintética do “*Ordo paenitentiae*” é assumida na categoria de “*reconciliatio*” na história da salvação, pelo motivo de manifestar o duplo movimento de Deus em direção ao homem e do homem em direção a Deus. “Assim, pois, pelo sacramento da penitência, o Pai acolhe o seu filho que regressa; Cristo coloca sobre os ombros a ovelha perdida, reconduzindo-a ao redil; e o Espírito santifica de novo seu templo [...] Isto se manifesta finalmente na participação renovada e fervorosa à mesa do Senhor”.²⁴ Então, a penitência sacramental deve ser entendida como uma renovação da graça batismal, em estreita relação com a eucaristia, que permanece o sinal culminante da participação na vida da Igreja e, por meio desta, à vida de Deus.²⁵

O esquecimento destas dimensões é característica fundamental do desentendimento verso ao sacramento da penitência (reconciliação). É o grande conflito que, a partir da “exaltação” da misericórdia, fez com que os confessionários, até então marcados, muitas vezes, pela presença solitária do sacerdote, convidado a habitar este lugar, no objetivo de salvar o sacramento, começasse a ser frequentado. Mas, tal frequência continua marcada pela busca “errônea” de experiência com a misericórdia.

²³ Sottocornola, F., “*Penitenza*”, in L. PACOMIO, ed., *Dizionario Teologico Interdisciplinare*. Casale Monferrato: 1972. Pp. 716-717.

²⁴ Ritual da penitência, reformado a norma dos decretos do Concílio Vaticano II e promulgado pelo papa Paulo VI. São Paulo: Paulus, 2006. Pp. 14-16.

²⁵ Sottocornola, F., “*Il nuovo 'Ordo Paenitentiae'*”, *Notitiae* 10 (1974). Pp. 63-74.

²¹ Busca, M., *Verso un nuovo sistema penitenziale? Studio sulla riforma della riconciliazione dei penitenti*. Roma: Ed. Liturgiche, 2002. P. 516.

²² Ritual da penitência, reformado a norma dos decretos do Concílio Vaticano II e promulgado pelo papa Paulo VI. São Paulo: Paulus, 2006. P.11.

Descentralizando o batismo e a eucaristia, é sempre difícil sustentar que Jesus tenha ligado uma determinada graça a um simbolismo que, em seguida, a Igreja era obrigada a determinar. É melhor sustentar o princípio que, na potência do Espírito Santo, Espírito de “memória”, a Igreja seja capaz de colocar em prática um determinado organismo sacramental a partir do evento de salvação realizado na Páscoa de Cristo.²⁶

Neste novo tempo, sob a luz conciliar, é preciso compreender que os dois maiores sacramentos, o batismo e a eucaristia, fato já constatado há séculos, que entre os sacramentos existe uma diferença, são sacramentos, por excelência, da misericórdia. Tal compreensão é fundamental para permitir uma experiência vivificante e irradiante da misericórdia. Uma Igreja que “vive o desejo inesgotável de oferecer misericórdia” é uma Igreja livre e aberta.²⁷ Para que a ideia de uma Igreja “em saída” não seja somente um slogan estéril, é necessário que a comunidade dos batizados não seja formada de pessoas prontas e perfeitas: “não são os que têm saúde que precisam de médico, e sim os doentes [...] Com efeito, eu não vim chamar os justos, mas os pecadores” (Mt 9, 12-13).

O Papa Francisco, na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, demonstra sua clara compreensão deste efeito para a vida da Igreja e, fundamentando-se na Tradição patrística, afirma que:

“há outras portas que também não se devem fechar: todos podem participar de alguma forma na vida eclesial, todos podem fazer parte da comunidade, e nem sequer as portas dos sacramentos se deveriam fechar por uma razão qualquer. Isto vale sobretudo quando se trata daquele sacramento que é a “porta”: o batismo. A Eucaristia, embora constitua a plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os fracos. Estas convicções têm também consequências pastorais, que somos chamados a considerar com

prudência e audácia. Muitas vezes agimos como controladores da graça e não como facilitadores”.²⁸

O sacramento da eucaristia com a sua repetição contínua, garante uma experiência rica e duradoura da reconciliação de Deus vivida pelo homem.²⁹ O sacramento da misericórdia – por excelência – é a eucaristia. Uma assembleia que verdadeiramente “experimente, celebre e exalte” a misericórdia do Pai é capaz de acolher a todos, sobretudo, aqueles que se encontram em situações difíceis. O pão eucarístico quotidiano é a medicina para a nossa purificação. Tal compreensão necessita vivificar a prática da Igreja. O sacramento eucarístico nos mantém puro e santo.

Assim, quando a compreensão da eucaristia distancia-se do entendimento eclesiológico e conciliar, “*sancta simul et semper purificanda*”,³⁰ entra uma disciplina que regula a comunhão eucarística em base de um critério de dignidade individual, subjetiva, na intenção de “proteger” a eucaristia de uma participação profana e indigna. Necessitamos entender que dignidade exigida para a eucaristia não é outra que a dignidade do batismo. A eucaristia é a plenitude da vida sacramental, da iniciação à vida cristã.

Esquece-se sempre o anúncio sacramental da morte do Senhor, da ressurreição do Senhor, da ascensão do Senhor e da remissão dos pecados. Esquece-se do seu mistério de amor e da sua misericórdia. Tal esquecimento fez entrar na mentalidade do povo de Deus a compreensão de que, não sendo possível participar dignamente deste sacramento, é melhor afastar-se.

Então, a partir deste contexto se fará necessário encontrar meios para que a participação sacramental, nesta relação existente entre os dois maiores sacramentos da iniciação cristã e o sacramento

²⁸ EG 47.

²⁹ Grillo, A., *Grazia visibile, grazia vivibile. Teologia dei sacramenti “in genere ritus”*. Padova: Mensaggero di Padova, 2008. P. 218.

³⁰ Concílio Vaticano II. *Lumen Gentium*, 8.

²⁶ Tillard, J.M.R., *Penitence et Eucharistie*, MDieu 90 (1967). Pp. 103-131.

²⁷ EG 24.

da penitência, seja vivida como encontro relacional com este “Pai amoroso que perdoa sempre” e como sinal de que Ele recorda sempre da sua misericórdia (Lc 1, 54).

Reconhecemos que uma mensagem evangélica, teológica e sacramental centrada na misericórdia é bem desafiante, pois apresenta grandes consequências à vida e à missão da Igreja. Para isso, sob a luz da misericórdia, “faz-se sempre necessário” sermos ousados e criativos na tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os nossos métodos eclesiais. É o abandono de um cômodo critério pastoral: “fez-se sempre assim”.³¹

3.1. Compreender o “sacramento da reconciliação” como “segundo batismo”

Na tradição recente, poucos anos depois do Concílio Vaticano II, houve muitas discussões em torno do tema que propomos. Porém, a posição assumida pelo magistério manteve-se naquela posição doutrinal e pastoral do Concílio de Trento, talvez ideologicamente mal interpretada, ao afirmar que a prática de apresentar-se sem a necessária preparação para receber a comunhão, simplesmente como consequência do estar presente na Missa, é um abuso que precisa ser corrigido.³² Não obstante, é uma discussão teológica “*in apertum*”.

Quanto à necessidade do sacramento da reconciliação, precisamos entender que a tensão da reconciliação dos penitentes em direção à eucaristia não pode ser diferente daquela do batismo.³³

³¹ EG 33.

³² SCR, *Eucharisticum Mysterium*, 35; João Paulo II, *Reconciliatio et poenitentia*, 27; Id, *Ecclesia di Eucharistia*, 36.

³³ O batismo é evento indispensável que historiciza entre os homens o evento escatológico da salvação, e a Igreja, como comunidade de batizados, é aquela que, por virtude do batismo (recebido e ofertado), atualiza como evento entre os eventos da história o Mistério Pascal até a vinda do Senhor (cf. I Cor 11,26). “Nisto se manifestou o amor de Deus para conosco: que Deus enviou seu Filho unigênito ao mundo, para que por ele vivamos. Nisto está o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou a nós, e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados” (I Jo 4, 9-10).

Em certo sentido, essa é memorial do evento batismal, porque representa a possibilidade dada ao batizado pecador de reencontrar a comunhão com a morte e ressurreição do Senhor, sendo plenamente reintegrado na Igreja, como confirma o uso patrístico, tradicional e equilibrado de “segundo batismo”, “segunda tábua de salvação”, “penitência segunda”, “batismo laborioso”, “batismo de lágrimas”.³⁴

A função do sacramento da penitência consiste então, em primeira instância, em um novo anúncio da reconciliação, que o cristão já conhece no batismo e na eucaristia, e no cuidado, da parte de Cristo e da Igreja, da nova resposta à graça perdoante da parte do batizado pecador: a passagem penitencial não pode ancorar-se na contínua repetição do sacramento, mas somente na nova possibilidade de uma contínua repetição da Eucaristia.³⁵ A penitência não é ordenada à eucaristia como preparação necessária para comungar dignamente, porque a exigência para isto é o vínculo vital do batismo.

3.2. A “dignidade” necessária para participar da eucaristia

Uma fidelidade à indicação bíblica e à Tradição patrística exige que todos os fiéis comunhem do corpo de Cristo, respectivamente, para a remissão dos pecados e para que todos sejam purificados pela força deste sacramento.³⁶

Afirma Ambrósio:

³⁴ Busca, M., *Verso un nuovo sistema penitenziale? Studio sulla riforma della riconciliazione dei penitenti*. Roma: Ed. Liturgiche, 2002. Pp.524-525.

³⁵ Grillo, A., *Riti che educano*. Assisi: Cittadella Editrice, 2011. Pp. 93-94.

³⁶ “Com relação à compreensão de eucaristia, os testemunhos privilegiados da Tradição são os documentos da Antiguidade cristã: os textos eucológicos legados pela tradição litúrgica do Oriente e Ocidente cristãos, ao lado do testemunho dos Padres da Igreja, que transmitem a compreensão eclesial dos mesmos. O primeiro milênio da cristandade deve ser privilegiado, porque nele encontramos uma compreensão da eucaristia anterior à polarização das controvérsias que estreitaram o campo de explicação teológica da eucaristia e, conseqüentemente, as formas de expressão da própria prática litúrgica. Por outro lado, o testemunho desses primeiros séculos da Igreja é facilmente aceito pelas diversas comunhões cristãs como ponto de partida do diálogo para reencontrar a comum tradição da fé” (J. A. Gopegui, “A Eucaristia: Uma reflexão a partir da tradição litúrgica”, *Persp. Teol.* 32 (2000) 157-186).

“Se o pão é quotidiano, porque o recebe depois de um ano? Recebes a cada dia aquilo que te favorece a cada dia! Quem não merece recebê-lo a cada dia, também não o merece depois de um ano. Assim, escutas dizer que cada vez que vem ofertado este sacrifício, vem anunciada sacramentalmente a morte do Senhor, a ressurreição do Senhor, a ascensão do Senhor e a remissão dos pecados, e depois, não recebe a cada dia este pão de vida? Quem tem uma ferida, procura a medicina. A ferida é que estamos sujeitos ao pecado à medicina é o celeste e venerável sacramento”.³⁷

Este pão eucarístico quotidiano é a medicina para a nossa purificação. Tal compreensão vivifica a Igreja. Dando-nos a graça, o sacramento nos mantém puro e santo. Assim, quando a compreensão da eucaristia se separa da eclesiologia, entra uma disciplina que regula a comunhão eucarística em base de um critério de dignidade individual, na intenção de “proteger” a eucaristia de uma participação profana e indigna. A comunhão torna-se assim um instrumento de santificação subjetiva e um gesto de piedade privada. Esquece-se sempre o anúncio sacramental da morte do Senhor, da ressurreição do Senhor, da ascensão do Senhor e da remissão dos pecados. Esquece-se do seu mistério de amor e da sua misericórdia.

É um esquecimento que fez entrar na mentalidade do povo de Deus a compreensão de que, não sendo possível participar dignamente deste sacramento, é melhor afastar-se. Perdida a consciência da eucaristia como sacramento eclesial por excelência, de edificação misericordiosa da Igreja, impõe-se uma visão totalmente dominada por critérios subjetivos, onde cada um, de acordo com suas necessidades religiosas, decide comungar mais ou comungar menos. Inverte-se a função: não é mais a eucaristia o critério discriminante do batizado à vida da Igreja, mas o sujeito que se faz juiz da própria espiritualidade e a dos outros. Este costume de comunhão

infrequente contrasta com a mentalidade pastoral dos Padres.³⁸ A eucaristia torna-se prêmio para os perfeitos.

Sobre um discurso espiritual de indignidade esconde-se uma resistência à conversão, em outras palavras, uma vontade de perseverar com o mal. O zelo pelo bem e o arrependimento são garantia, também, do perdão dos pecados e sinal claro para a participação sacramental. Porém, para uma séria decisão de participação na comunhão, o cristão não deveria somente escutar sua sensibilidade subjetiva, que lhe indica se merece ou não merece, se é digno ou indigno, mas deveria recordar sempre do seu batismo: “Vós sois de Cristo” (1Cor 3,23). A dignidade batismal é um dado oferecido por Deus ao início da vida cristã, para que ninguém possa abdicar-se de um parâmetro de tipo diverso, moral ou devoto, para julgar sua dimensão de dignidade diante de Deus.

É insuficiente uma solução que através de algumas obrigações religiosas preliminares, puramente rituais, garantiria um acesso digno e puro à comunhão. Não podemos permitir que cresça sempre mais a ideia de que um fiel torna-se dignamente preparado para a comunhão quando este faz sua “confissão”, que não dura mais do que alguns minutos. A dignidade exigida para a eucaristia não é outra que a dignidade do evento batismal. O batismo é a premissa para a eucaristia, pois apanha o homem ainda cúmplice de Adão e o transforma em homem novo, que possui em si mesmo o princípio da vida que lhe assemelha ao Corpo de Cristo e assim apto a receber a comunhão. A eucaristia não exige uma genérica dignidade ritual, mas sim a dignidade batismal, que não é de tipo ritual e sim existencial.

A eucaristia oferece à Igreja toda a vida do Filho, a sua economia redentora, a forma quenótica com que esteve no meio dos seus, para servi-los. A profanação eucarística é realizada somente por

³⁷ Ambrósio, *De sacramentis*, 5, 25; PL 16, 439.

³⁸ Busca, M., *La riconciliazione, sorella del battesimo*. Roma: Lipa, 2011. P. 263.

aquele que, em modo formal e exterior, cumpre um ato ritual de comunhão sem coligá-la com a totalidade da vida. Não reconhece e não respeita o mistério aquele que manipula o significado espiritual e o reduz a um ato devocional ou a uma obrigação religiosa. Aquele que reduz a comunhão a uma prática devota, neutraliza o seu significado existencial e não aceita que o sacrifício eucarístico torne-se a medida com que o cristão julga a sua vida em confronto com a vida de Cristo. Comunga de maneira digna o Corpo de Cristo aquele que o recebe como nutrimento conforme a sua vida batismal, o procura como antídoto, que o preserva do mal e, como potência de ressurreição, o sustenta no caminho de transfiguração.³⁹

Considerações finais

Uma abertura que constitua um significativo passo em direção à autêntica tradição eclesial, a partir da leitura serena de dados bíblicos, patrísticos e litúrgicos, nos leva a um caminho sempre a redescobrir. É uma compreensão sempre muito radical, que força uma mudança também radical no comportamento religioso de cada fiel e na vida sacramental da comunidade cristã, pois passa-se de uma piedade fortemente marcada da consciência de culpa e, em consequência, da separação de Deus, a uma piedade eucarística, que promove um intenso senso de participação e de comunhão dentro do Corpo de Cristo.

É esta a força da Páscoa. A Igreja tem sentido somente quando perdoa, quando dá o pão. E quando reflete ou faz teologia deve recordar sempre que não existe nada maior do que a potência da ressurreição. Cada palavra deve abrir, libertar alguém, acessar a inteligência de Deus, no seu mistério mais profundo, que é mistério da existência, do ser e do amor.⁴⁰

Ora, uma tal centralidade da liturgia na vida da Igreja deve-se ao fato de que, exatamente no culto litúrgico, a nossa salvação, alcançada por Cristo, torna-se em realidade atuante. Consciente de ser distribuidora da salvação, a Igreja, desde a sua origem pentecostal até hoje, jamais deixou de se reunir em assembleia para celebrar o mistério pascal de seu Senhor.⁴¹ A constante presença de Cristo em sua Igreja, em especial na ação litúrgica, é a suprema garantia da realização de semelhante obra.⁴²

Graças a este mistério, “do coração misericordioso do nosso Deus” (Lc 1,78), os cristãos podem viver como Jesus Cristo desejava: “Permaneeci em mim, como eu em vós [...] Permaneeci no meu amor” (Jo 15, 4-9), e podem cumprir o novo mandamento: “que vos ameis uns aos outros; como eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisto reconhecerão todos que sois meus discípulos” (Jo 13, 34-35). É o mistério que “ilumina os que jazem nas trevas e na sombra da morte e guia os nossos passos no caminho da paz” (Lc 1,79). O corpo doado e o sangue derramado é “objeto” da nova aliança onde a transgressão não tem como causa a maldição, mas o perdão, a remissão dos pecados. Assim, o sacrifício eucarístico é sinal do início da nova aliança e finalização da páscoa antiga.

A *Sacrosanctum Concilium* designa como “*illa perfectior*”⁴³ a participação à missa com participação na comunhão. Com isso, não se quer insinuar a ideia que a comunhão eucarística seja “uma coisa a mais”, que é extrinsecamente ligada a uma participação já em si perfeita. Quer-se, ao invés, afirmar que a participação à missa encontra seu natural e lógico fim na comunhão sacramental. Em outros termos, a forma realizada na participação sacramental ao sacrifício de Cristo é aquela que inclui a comunhão eucarística. A

⁴¹ Concílio Vaticano II. *Sacrosanctum Concilium* (SC), 6.

⁴² J.R. Melo, A participação dos fiéis na assembleia eucarística ao longo da história: e-volução ou in-volução?, *Persp. Teol.* 32 (2000) 187-220.

⁴³ SC 55.

³⁹ *Ibidem*. Pp. 265-266.

⁴⁰ Gouzes, A., *La notte luminosa. Iniziazione al mistero della Pasqua*. Magnano: Ed. Qiquajon, 2015. P. 124.

participação à missa sem a comunhão é já participação sacramental ao sacrifício de Cristo, porém, sem aquela plenitude que confere a comunhão eucarística.⁴⁴

A salvação do cristão é caracterizada no encontro com o Deus de misericórdia, na livre comunicação que Ele mesmo faz de si. Na eucaristia, plenitude da vida sacramental, Ele deixa-se encontrar como remédio, reparação, purificação. Através dessa, alcança-se da misericórdia o perdão de todos os pecados na comunhão sacramental, ou seja, na participação plena e ativa do batizado, mesmo que imperfeita, à oferta que Cristo faz de si ao Pai, “*in remissionem peccatorum*”.

Estamos a caminho de uma educação eclesial e ritual sobre este senso mais originário e genuíno da eucaristia. Os sacramentos, cada um segundo a sua eficácia específica e todos em uma interação misteriosa, realizam a reconciliação, não a partir de uma série de atos sem relação de um com o outro, mas num itinerário contínuo de vida, que vai da purificação batismal à comunhão perfeita com Deus, especialmente na eucaristia. O sacramento da penitência não é, nem doutrinalmente, nem pastoralmente, isolado desta economia unitária e indivisível.

A eucaristia é o ápice e o fim de todos os sacramentos, a confissão é o sacramento próprio e específico da conversão e reconciliação do pecador com Deus e com os irmãos, mediante o ministério da Igreja e em comunhão com a Igreja, na íntima comunhão com o Senhor e com os irmãos, que participam da mesma mesa, para construir uma sociedade humana em que reine a justiça e a paz, para uma metafísica do perdão e uma cultura da misericórdia.

⁴⁴ Caspani, P., *Pane vivo spezzato per il mondo. Linee di teologia eucaristica*. Assisi: Cittadella Editrice, 2011. P. 406.

Bibliografia

- Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.
- Busca, M. *Verso un nuovo sistema penitenziale? Studio sulla riforma della riconciliazione dei penitenti*. Roma: Ed. Liturgiche, 2002.
- . *La riconciliazione, sorella del battesimo*. Roma: Lipa, 2011.
- Caspani, P. *Pane vivo spezzato per il mondo. Linee di teologia eucaristica*. Assisi: Cittadella Editrice, 2011.
- Chauvet, L.-M. *L'umanità dei sacramenti*. Magnano: Ed. Qiqajon, 2010.
- Fisichella, R. *Sulla teologia della misericórdia*, in Aa.Vv. *Misericórdia, volto di Dio e dell'umanità nuova*. Milano: 1999.
- Francisco, Exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*”, (24.11.2013), in AAS 105 (2013) 1019-1136.
- Grillo, A. *L'eucaristia al centro del settenario sacramentale. Declino e ripresa di un assioma sistematico*, in A. Grillo – M. Perroni – P.R. Tragan, ed., *Corso di teologia sacramentaria*, II. Brescia: Ed. Queriniana, 2000.
- . *Grazia visibile, grazia vivibile. Teologia dei sacramenti “in genere ritus”*. Padova: Mensaggero di Padova, 2008.
- . *Riti che educano*. Assisi: Cittadella Editrice, 2011.
- Gouzes, A. *La notte luminosa. Iniziazione al mistero della Pasqua*. Magnano: Ed. Qiqajon, 2015.
- Ghirlanda, G. *Introduzione al diritto ecclesiale*. Roma: Gregorian & Biblical Institute, 1993.
- João Paulo II, Encíclica *Dives in misericórdia*” (30.11.1980), in EV 7 (1981) 857-956.
- Kasper, W. *Misericórdia, concetto fondamentale del vangelo – Chiave della vita cristiana*. Brescia: Ed. Queriniana, 2013.
- Petrà, B. *Il peccato grave tra morale e diritto. Rivista Liturgica* 92 (2005/6) 891-898).
- Ramos-Regidor, J. *Il sacramento della penitenza. Riflessione biblico-teologico-pastorale alla luce del Vaticano II*. Leumann: Elle di ci, 1985.
- Rito de Iniciação Cristã de Adultos. São Paulo: Paulus, 2001.

Ritual da penitência, reformado a norma dos decretos do Concílio Vaticano II e promulgado pelo papa Paulo VI. São Paulo: Paulus, 2006.

Sacrosanctum concilium oecumenicum vaticanum II, *Constitutio De Sacra Liturgia Sacrosanctum Concilium* (04.12.1963), in AAS 56 (1964), 97-138.

Sottocornola, F. *Penitenza*, in L. Pacomio, ed., *Dizionario Teologico Interdisciplinare*. Casale Monferrato: 1972.

———. “Il nuovo “*Ordo Paenitentiae*”, *Notitiae* 10 (1974) 63-74.

Tillard, J.M.R. *Penitence et Eucharistie*, *MDieu* 90 (1967) 103-131.

Recebido em: 17/06/2016

Aprovado em: 06/09/2016

A cultura do encontro na nova paróquia

The culture of meeting
in the new parish

Denilson Geraldo*
Rodrigo Fernando Alves**

Resumo: A Nova Paróquia é chamada a converter-se e, gradualmente, a tornar-se “Comunidade de comunidades”, sobretudo a partir dos novos desenvolvimentos da eclesiologia na América Latina (CELAM), no Brasil (CNBB) e no pontificado de Francisco. A Nova Paróquia é lugar da escuta da Palavra, da Eucaristia (comunhão) e da Caridade (*ágape*). Nessa perspectiva, o artigo em questão busca compreender o valor das Festas e da religiosidade popular na dinâmica da Nova Paróquia. As Festas judaicas eram belos momentos de caridade, partilha com o templo, peregrinação, celebração familiar e dos dons da terra, encontro comunitário, cultivo da memória histórica. Hoje, as festas paroquiais e comunitárias são convidadas a resgatarem esses sentidos, motivadas pelo apelo do Papa Francisco de que cresça na Igreja a “Cultura do Encontro”. A Nova Paróquia pode promover, por meio das Festas e da Religiosidade popular, o encontro e a solidariedade no mundo globalizado, que sofre pelo individualismo e pelo egoísmo.

Palavras-chave: Nova Paróquia; Festas; Religiosidade popular; Cultura do Encontro.

* Doutor em Direito Canônico e professor do Programa de pós-graduação em Teologia da PUC-SP.

** Mestrando em Teologia do Programa de pós-graduação em Teologia da PUC-SP.